

Direitos Humanos e Sustentabilidade

Convidado: Paulo Vanucchi
Ex-Ministro Direitos Humanos Governo Lula
Diretor/Fundador do Instituto Lula

Local: Auditório Centro de Formação de Professores Miguel Arraes
Rua: Rio Branco, 183 – Centro - Mauá

A sociedade Brasileira venceu a batalha entre dois Brasis, um primeiro Brasil que durante centenas de anos vivemos um país com todos os preconceitos possíveis, desde a questão racial, onde negros eram criminalizados por serem negros, índios foram dizimados aos milhões e mulheres, jovens e crianças foram tratados como inferiores e o acesso ao direito era restrito.

E outro Brasil é este que estamos trilhando ao longo da última década desse novo século, um país que busca o fortalecimento da solidariedade e igualdade social; um Brasil que acredita que a participação social é um dos fatores fundamentais para termos um desenvolvimento sustentável.

O nosso passado histórico tem que nos servir de exemplo para que jamais possamos cometer os mesmos erros e as mesmas atrocidades, sendo assim, estaríamos construindo um futuro de forma sustentável, onde todos nós devemos ser vistos como iguais e temos os mesmos direitos.

O pacto da sustentabilidade é a nossa capacidade de amar os filhos e netos que ainda não chegaram, ou seja, pensar sustentável é pensar em defesa da vida humana em projeção infinita, não é somente projetar o hoje ou o amanhã e sim projetar o sempre.

A classe trabalhadora tendo, cada vez mais, este sentimento, se tornará mais forte e unida, fortalecendo assim, a coletividade e a conquista de novos direitos.

Assim, o debate com o público presente gerou as seguintes propostas para o Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos do Fórum Social do ABCDMRR:

- 1- Incluir na grade curricular do ensino fundamental e médio o tema Direitos Humanos;
- 2- Ampliar as políticas públicas de material reciclável, visando a sustentabilidade social, ambiental e econômica;
- 3- Incentivar a arborização nas margens dos rios e córregos;
- 4- Criar programas de conscientização dos direitos humanos nas redes de ensino e nos espaços públicos municipais;
- 5- Realizar conferências municipais e regional com a temática de direitos humanos;
- 6- Oferecer capacitação a servidores (as) públicos, professores (as) da rede municipal sobre o direito à liberdade de crença e culto a todos os cidadãos e cidadãs;
- 7- Criar campanhas e/ou programas de combate à intolerância religiosa, inclusive no que diz respeito a religiões minoritárias e a cultos afro-brasileiros;

O Diálogo Interreligioso para Sustentabilidade da Vida

Convidado: Antônio Salvador Coelho

Mestre em Ciências da Religião pela PUC/SP.

Professor de Ciências da Religião das Faculdades Claretianas (SP)

Integrante do Centro Ecumênico de Serviço à Educação Popular (CESEP)

Local: Auditório da Universidade São Caetano do Sul – Campus II

Endereço: Rua Santo Antônio, 50 – Centro – São Caetano do Sul.

O Fórum Social do ABCDMRR ousou em organizar um evento e trazer a público a discussão do conceito de “interreligiosidade”, cujo tema ainda provoca muita controvérsia e dúvidas na realização de eventos, celebrações e encontros de diversas denominações religiosas em um único espaço.

O que motiva a reunião de diversos líderes religiosos com seus diferentes credos e cultos a não ser o amor? O amor ao próximo, à natureza, o fazer o bem a todas as pessoas são sentimentos e condutas onipresentes em todas as religiões, independente da conduta de seu culto ou base.

A história de todas as denominações religiosas tem sua construção histórico-social, por isso todas são importantes para a vida humana. A riqueza do evento interreligioso está no respeitar, ouvir, aplaudir, comentar e viver cada seguimento presente nos atos interreligiosos... Não adianta lutar por direitos em uma sociedade que não aceita as diferenças religiosas, os direitos neste sentido tornam-se incompletos e o exercício da cidadania também.

Os frutos dessa discussão, conforme o próprio palestrante enfatizou “somente conseguiremos transformar a sociedade, quando todas e todos se verem iguais, inclusive na religião”.

Assim, o debate com o público presente gerou as seguintes propostas para o Grupo de Trabalho Interreligioso do Fórum Social do ABCDMRR:

8- Criar espaços culturais interreligiosos para integrar os municípios do grande abcdmrr;

9- Possibilitar a implantação de aulas de história das religiões nas escolas municipais;

10- Possibilitar a implantação de aulas sobre história afro-brasileira nas escolas municipais, com a criação de laboratórios de culinárias, instrumentos musicais e fortalecimento dos vínculos culturais Brasil e África;

11- Ampliar o debate interreligioso nas câmaras municipais de nossa região para fortalecer o laicato do estado, diminuindo assim, as intolerâncias religiosas que ainda existem;

12- Promover o diálogo regional permanente visando o desenvolvimento, a compreensão e cooperação interreligiosa.

Meio Ambiente, Sustentabilidade e Cidadania

Convidados:

Virgílio Alcides de Faria

Ambientalista, advogado com pós graduação em Direito Ambiental e Secretário Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC – MDV

Carlos Campos

Diretor de Projetos da ONG Ação e Cidadania Planeta 21

Armando Octaviano Júnior

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis do ABCDMRR e
Presidente da Coopercata

Marta Ângelo Marcondes

Bióloga, Professora da Universidade São Caetano do Sul / Anhanguera e
Educadora Sócio Ambiental

Local: Centro Educacional Cristo Rei

Endereço: Rua Prefeito Carlos José Carlson, 47 – Centro – Rio Grande da Serra

O Fórum Social do ABCDMRR escolheu a cidade de Rio Grande da Serra para realizar o debate sobre Meio Ambiente, considerando a ampla diversidade ambiental que esta cidade possui e assim, todas as entidades entenderam ser oportuno a realização desse evento nesta cidade.

Considerando também que a realização da próxima Jornada Cidadã acontecerá nesta cidade, e com o título “Sustentabilidade na visão dos Movimentos Sociais”, discutir o tema: “Meio Ambiente, Sustentabilidade e Cidadania” fortalece as ações e propostas sobre meio ambiente.

A defesa do meio ambiente, da biodiversidade e da vida em todos os sentidos é unânime. O meio ambiente é um bem de interesse público, ou seja, não tem titularidade, no entanto todos tem o dever de preservar.

Meio ambiente é entendido como todos os espaços onde vivemos, moramos, trabalhamos, estudamos, enfim, onde realizamos todas nossas ações sociais. Para tanto, esse habitat precisa oferecer qualidade de vida, mas para obter a qualidade de vida devemos respeitar todos os limites de todos os espaços.

Ações sustentáveis nos remetem a termos cuidados com a emissão de gases para não ampliar o efeito estufa, e isso pode ser representado da seguinte forma: em vez de irmos à padaria próxima de casa com o carro, poderíamos ir andando ou de bicicleta. São ações simples dessa forma que podem trazer reflexos significativos ao meio ambiente.

Outras ações podem contribuir com a sustentabilidade do nosso meio ambiente, conforme segue nossas propostas:

13- Valorizar a reciclagem de materiais em todas as cidades da região, ofertando aos recicladores e recicladoras, orientação educacional e conscientização da sociedade em geral sobre todos os procedimentos da reciclagem e os benefícios à sociedade;

14- Implementar política pública habitacional inclusiva, considerando a lei existente que regulariza as moradias existentes nas margens da represa Billings;

15- Implantar programas de apoio aos empreendimentos inclusivos e sustentáveis para a criação de empreendimentos coletivos e solidários constituídos por pessoas em situação de vulnerabilidade social;

16- Orientar a liberação gratuita de profissionais técnicos ambientais, quando houver a necessidade, para aprovação de projetos ambientais à população de baixa renda mediante a avaliação social;

- 17-** Implantar Programas de Coleta Seletiva com a participação dos catadores(as), sendo remunerados pelos serviços ambientais prestados;
- 18-** Implantar políticas que estabeleçam regras aos novos empreendimentos imobiliários, a implantação em seus projetos, tecnologias sustentáveis. Exemplos: energia solar, reaproveitamento e reuso da água e captação de água da chuva, reaproveitamento de matérias primas para a melhoria de iluminação, ventilação etc;
- 19-** Criar um polo de turismo ambiental que envolva as cidades de São Bernardo do Campo (Riacho Grande), Santo André (Paranapiacaba), Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra;
- 20-** Articular uma proposta de compensação ambiental para as cidades com área de manancial predominante;

Saúde Sustentável

Convidado: Paulo Eugênio

Vice-Prefeito e Secretário de Saúde do Município de Mauá

Local: Câmara Municipal de Ribeirão Pires

Endereço: Rua João Domingues de Oliveira, 12 – Centro – Ribeirão Pires

O debate sobre saúde e desenvolvimento sustentável respeitou a diversidade existente na temática e as discussões pautou vários elementos regionais e diversos olhares das políticas públicas de saúde.

O Sistema Único de Saúde - SUS é uma política que todos nós devemos defender, pois é uma política correta e admirada por todo o mundo, mesmo com todas as dificuldades que temos. Para ele este sistema deveria ser implantado em muitos países, até mesmo em países centrais como, por exemplo, os EUA.

O SUS é definido em três principais categorias:

- **A prevenção:** trabalha sobre a dimensão social da saúde através de políticas públicas. Exemplo: cidades saudáveis com habitação e saneamento de qualidade;
- **A promoção:** trabalha na educação e formação da sociedade, como por exemplo, o programa Saúde da Família que leva a informação dentro dos lares de como lavar as mãos, o que é o pré-natal etc;
- **A restauração:** ambulatórios, redes de atenção básica a saúde, unidades básicas de saúde e hospitais que trabalham na recuperação da saúde dos pacientes.

Nos últimos oito anos, o SUS passou por diversas modificações importantes, uma delas foi a criação das UPAs onde é realizado o atendimento pré-hospitalar, sendo que antes somente existiam a atenção básica através das UBS's e o atendimento hospitalar nos hospitais; as UPAs estão sendo fundamentais neste sentido.

A adoção de ações para a reversão da privatização do sistema por meio de organizações sociais, oscips e fundações privadas e da precarização do trabalho na área de saúde são prioritárias para a consolidação de um sistema público de saúde, reafirmando sua primazia estatal, seu significado e sua importância na construção de um modelo de desenvolvimento e de sociedade mais justo; seus princípios de universalidade, equidade, integralidade e controle social como patrimônios políticos e como contraponto às ofensivas neoliberais de desconstrução do sistema.

Por outro lado, temos diversos problemas que precisam ser resolvidos como, por exemplo, o financiamento onde os recursos não são disponíveis a todos, há disparidade dos investimentos entre os municípios – a cidade mais pobre tem mais dependes do SUS e tem menos investimentos e o município mais rico tem mais investimentos e menos dependentes, a carência de um conselho regional de saúde onde a população possa participar na criação de políticas públicas que foquem a questão da saúde em seu município e região.

Neste sentido, o debate resultou nas seguintes propostas:

- 21-** Criar política pública de enfrentamento às drogas na região, como por exemplo, a criação de um centro de referência, descriminalizando o usuário(a);
- 22-** Criação de Conselhos Municipais Antidrogas;
- 23-** Construir o Hospital Regional na micro região de Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires e Mauá;
- 24-** A criação de um Campus da Universidade Federal voltada a medicina, visando a formação e capacitação de profissionais, buscando estímulos para que os mesmos trabalhem na região;
- 25-** Criar o Conselho Regional de Saúde;
- 26-** Ampliar a política de agentes comunitários de saúde nos municípios da região;
- 27-** Criar programas de combate a Anemia Falciforme pelas administrações públicas;
- 28-** Criar ou estender para os municípios o Decreto Lei Nº 2848/40, Art. 331 do Código Penal Brasileiro, a fim de proteger o trabalhador público e o privado de ofensas ou agressões;

- 29-** Realizar, com a coordenação do Consórcio Intermunicipal, conferência municipal ou regional da saúde suplementar;
- 30-** Fortalecer o tema Saúde do Trabalhador nos órgãos de imprensa, tornando as discussões perenes na sociedade;
- 31-** Fortalecer os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST e Conselhos Municipais de Saúde e da Previdência Social, com fundamental aumento da participação da sociedade;
- 32-** Criar o CEREST em São Caetano do Sul;
- 33-** Criar Fóruns de discussão em Saúde do Trabalhador envolvendo os três Ministérios prioritários para essa discussão, ou seja, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social, bem como os setores patronais, o movimento sindical e outros interessados;
- 34-** Fortalecer a campanha “Humanização nas Perícias Médicas” na sociedade.

Debate sindical

A proposta dos trabalhadores para o desenvolvimento socioeconômico da região

Convidados: Todos os Sindicatos Associados à CUT-ABC

Local: Sindicato dos Rodoviários do ABC

Endereço: Rua Santo André, 435 – Centro – Santo André

A ascensão do movimento sindical no Grande ABC não se limita ao seu original papel e às suas ações intensivas em defesa dos direitos das categorias. A relevância, a habilidade e a força do sindicalismo regional decorrem igualmente de sua presença em um intenso processo de formulação de políticas e criação de espaços democráticos de reflexão e de gestão pública.

Assim, direta ou indiretamente, os sindicatos são lideranças também responsáveis pela constituição de fóruns regionais que há mais de vinte anos tem formulado propostas, construído acordos e encaminhado ações pela dinamização da economia regional e das melhorias dos indicadores sociais locais. Somente na década de 1990 podemos citar o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, o Fórum da Cidadania do Grande ABC, a Câmara Regional do Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.

No âmbito dos debates realizados na 2ª Jornada Cidadã, em 2008, os sindicatos e distintas representações da sociedade civil constituem o Fórum Social do ABCDMRR, para que este seja um espaço permanente para debates e ações, que articule os movimentos sociais e que fortaleça ainda mais seu diálogo com os fóruns regionais e gestores públicos.

Desta vez, é a partir deste fórum que o movimento sindical uma vez mais se reúne para debater as expectativas dos trabalhadores sobre os municípios do ABC nos próximos anos e formular novas proposições a serem apresentadas aos candidatos às prefeituras, às vésperas de um novo processo eleitoral. Momentos de interação sindical para a definição de propostas para o ABCDMRR igualmente ocorreram em 1997, em 2006 (para o Planejamento Estratégico da Câmara Regional) e em 2008.

O presente debate entre os sindicalistas trouxe à tona a necessidade de refletirmos sobre o tipo de projeto de desenvolvimento urbano, social e econômico que queremos e as limitações ainda postas pela permanência de um governo neoliberal no Estado de São Paulo, que desrespeita o potencial deste território e as necessidades da população, e que tem como modelo de gestão um sistema de saúde entregue à iniciativa privada, a segurança pública falida e abandonada e a educação colocada como um negócio.

Tendo como cenário a execução de inúmeros projetos nacionais de infraestrutura pensados para o próximo período, alguns deles destinados ao ABC, e o evidente reflexo negativo da crise internacional sobre a região, novamente se fez necessário um atento diagnóstico de mais de dezoito entidades sindicais sobre os avanços e as carências locais. A ideia é que os próximos gestores públicos conheçam e incorporem em seus planejamentos de trabalho a seguinte pauta de desenvolvimento sustentado distribuída por eixos temáticos, elaborada por este conjunto do movimento sindical, que também considere o olhar e as necessidades dos trabalhadores:

PROPOSTAS POR EIXOS TEMÁTICOS

A) Desenvolvimento Industrial

35- Articular os agentes socioeconômicos do Grande ABCDMRR, de modo que se constitua um conselho tripartite que debata, elabore propostas e encaminhe definições dos agentes junto aos setores competentes;

36- Elaborar diagnóstico do setor industrial, bem como de seus principais segmentos, na tentativa de identificar suas potencialidades, carências e limitações;

37- Defender a construção de uma Escola Técnica Federal no ABCDMRR;

38- Incentivar a criação de centros de tecnologia para pesquisa e desenvolvimento (P&D);

- 39-** Participar ativamente na implementação e consolidação do Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo, visando à agregação de valor no local e a organização das indústrias metalmeccânica, moveleira, de defesa e do petróleo e gás, bem como a integração deste polo com outros polos implantados nos municípios do ABCDMRR;
- 40-** Elaborar política de qualificação profissional e científica que considere as especificidades do mercado de trabalho local e os investimentos programados pelos governos Federal, Estadual e Municipal para o curto prazo, como forma de maximizar os recursos regionais e atender a população demandante;
- 41-** Estimular um modelo de relações de trabalho que promova o diálogo, a negociação coletiva e a representação no local de trabalho, valorizando a história de participação e mobilização sindical do local;
- 42-** Realizar investimentos em portos secos na região;
- 43-** Reutilizar antigos galpões industriais desativados, com a finalidade de maximizar as estruturas de logística;
- 44-** Adequar legislações municipais a fim de proporcionar o aumento de compras governamentais das indústrias do ABCDMRR;
- 45-** Constituir condomínios empresariais em áreas não utilizadas;
- 46-** Implantar no ABCDMRR um Centro Avançado de Inovação Tecnológica do SENAI, nos moldes do existente no Estado da Bahia;
- 47-** Avançar no fortalecimento das empresas da região para o fornecimento de componentes para a cadeia de petróleo e gás;
- 48-** Promover o debate com a sociedade sobre espaço urbano: trânsito; transporte etc.
- 49-** Fortalecer os já existentes e implantar novos Arranjos Produtivos Locais - APLs para as cadeias produtivas dos setores têxteis, construção civil, gráfico e saúde, assim como a retomada de fóruns tripartites para este fim envolvendo as representações dos trabalhadores, as esferas públicas de governo e as associações empresariais. Busca-se, portanto, que esses fóruns sejam espaços para estudos e discussões sobre as cadeias produtivas relevantes na região e para que possam incentivar a diversificação de sua produção e seu fortalecimento.

B) Terceirização e Servidores

- 50-** Promover a discussão do tema Terceirização, uma vez que com ela vem a precarização e a multifuncionalização nas estruturas;
- 51-** Elaborar leis regionais que visem o fim da terceirização e garantir a realização de concursos públicos;
- 52-** Garantir serviços públicos de qualidade para toda a sociedade;
- 53-** Promover valorização profissional dos servidores;
- 54-** Combater Assédio Moral nas Prefeituras;
- 55-** Manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas;
- 56-** Realizar Negociação Coletiva Permanente Resolutivas para ambas as partes;
- 57-** Combater à corrupção: que todos os cargos de confiança dos parlamentares eleitos sejam exercidos por cidadãos aprovados pelos critérios da Ficha Limpa;
- 58-** Criar secretarias sindicais pelas administrações municipais, a fim de estabelecer um canal de diálogo com o poder público na defesa dos direitos dos funcionários públicos.
- 59-** Discutir a melhora da qualidade na prestação dos serviços públicos junto ao Consórcio Intermunicipal e iniciar processos de diálogo e negociação regional entre as Prefeituras e Sindicatos de Servidores, visando a valorização profissional, incluindo discussões de temas como planos de cargos, salários e carreiras, eliminação do trabalho precário e terceirizações e atenção à saúde dos/as trabalhadores/as.

C) Gestão Municipal e Articulação Administrativa

- 60-** Implementar o Orçamento Participativo em todos os municípios do ABC, visando a participação social e a transparência com o dinheiro público;
- 61-** Promover a integração vertical da atuação de órgãos públicos da administração federal e estadual na região do ABCDMRR;
- 62-** Colocar em atividade todas as comissões municipais, principalmente a Comissão Municipal de Emprego;
- 63-** Desenvolver, ampliar e capacitar os órgãos colegiados atuantes na região do ABCDMRR;
- 64-** Disponibilizar dados estatísticos que possam subsidiar os argumentos e as ações dos agentes públicos;

- 65- Constituir o Centro Regional de Informações Sociais e Econômicas, que possibilitará produção, sistematização e análises de dados sobre a população e o mercado de trabalho regionais;
- 66- Reforçar o compromisso de todos os fóruns regionais funcionarem a partir de um olhar amplo sobre as necessidades dos municípios;
- 67- Garantir a presença e participação do movimento sindical em todas as políticas e eventos de caráter regional.

D) Turismo e Lazer

- 68- Construir um espaço público para a realização de eventos culturais e exposições. Ex.: Sambódromo;
- 69- Investir na comunicação visual da região e na divulgação dos pontos de interesse turístico em feiras e exposições;
- 70- Criar Grupo de Trabalho envolvendo os principais atores socioeconômicos da região para discutir o turismo de negócios, visando estimular empreendimentos nesta área;
- 71- Construir espaços públicos para a prática de esporte e lazer para que os trabalhadores e a população possam usufruir com sua família.

E) Mulheres / Gênero

- 72- Criação de Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher;
- 73- Criação de Conselho Municipal de Proteção e Defesa da Mulher;
- 74- Delegacia da Mulher em todos os municípios;
- 75- Qualificar funcionários das delegacias das mulheres;
- 76- Realizar audiência pública para debater as condições das delegacias das mulheres;
- 77- Construir uma “Casa de Passagem” no ABC;
- 78- Organizar a abertura das delegacias das mulheres nos finais de semanas;
- 79- Liberar Guardas Civis Municipais pelas Secretarias de Segurança municipais para trabalharem nas Casas Abrigos;
- 80- Realizar concursos públicos específicos para funcionários das delegacias das mulheres.

F) Formação / Qualificação

- 81- Implementar cursos de formação e qualificação para jovens e adultos;
- 82- Elaborar um Plano Setorial de Qualificação Profissional – PlanSeQ, junto aos governos federal e estadual.
- 83- Definir, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a gestão do Plano Territorial de Qualificação Profissional – PlanTeQ, para que as ações previstas e acordadas não sofram atrasos.

G) Escolarização

- 84- Interferir junto aos poderes públicos competentes a fim de assegurar aos trabalhadores e seus filhos inclusão e permanência nos cursos de nível superior, com maior qualidade de ensino, que tenham como consequência uma conclusão com reais possibilidades de ingressarem ou ascenderem no competitivo mercado de trabalho;
- 85- Ao realizar convênios com ONGs ou escolas privadas para o atendimento das demandas de educação (Ex.: primeira fase da formação integral e Educação de Jovens e Adultos), as prefeituras devem cobrar das empresas conveniadas que estas se comprometam com os conceitos expressos na Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT do Emprego e Trabalho Decente, nos moldes existentes em São Bernardo do Campo e em Ribeirão Pires, através de Decreto-Lei municipal.
- 86- Viabilizar junto aos organismos competentes dos níveis estadual e federal a criação de cursos técnicos gratuitos para a área de medicina;
- 87- Produzir leis e políticas públicas capazes de estabelecer Planos de Carreira e Remuneração que tornem a educação uma área valorizada e atrativa profissionalmente.
- 88- Cumprir integralmente a Lei 11.738/2008 – Lei do Piso – respeitando o limite de no mínimo 1/3 da jornada de trabalho para atividades extraclasse é condição fundamental para avançar na qualidade da educação.
- 89- Incluir, até 2016, todas as crianças e jovens de 4 a 10 anos nas escolas municipais;
- 90- Ampliar o atendimento nas creches de forma a atender pelo menos 50% da demanda até 2016;

- 91- Superar o analfabetismo dos jovens de 15 anos ou mais;
- 92- Garantir a aprendizagem para todos;
- 93- Alfabetizar plenamente todas as crianças até os 8 anos de idade;
- 94- Estabelecer padrões de qualidade para todas as escolas da região,
- 95- Ampliar as matrículas na educação profissional e articular a educação de jovens e adultos com a formação profissional

I) Segurança

- 96- Instituir novo modelo de diálogo com adolescentes em situação de risco, em estruturas públicas educativas que eliminem a característica prisional e se configurem, de fato, em entidades que promovam a reinserção do jovem na sociedade por meio de atividades educacionais, esportivas, de lazer e de qualificação profissional;
- 97- Desenvolver políticas voltadas às crianças e aos adolescentes do ABCDMRR de modo que se consolide o combate à exploração sexual, ao uso de drogas e ao trabalho infantil;
- 98- Conforme artigo 30 da Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ter autonomia constitucional para legislar sobre assuntos de interesse local, bem como suplementar a legislação federal e estadual no que couber. É o caso da segurança nos estabelecimentos financeiros, assim como o tempo máximo de esperas nas filas de banco, dentre outras prerrogativas. Assim, propõe-se que os municípios que ainda não possuem lei municipal sobre os temas colocados, que as aprovem e fiscalizem seu cumprimento;
- 99- Conduzir a unificação de ações entre as Polícias Civil e Militar e as Guardas Municipais na região, visando melhorar a segurança pública por meio da socialização das informações e da ação integrada e organizada na região.

J) Atendimento em Agências Bancárias

Visando melhorar as condições de atendimento bancário, propõe-se que as Prefeituras ajudem a pressionar os bancos na região para:

- 100- Ampliar o número de agências nas periferias;
- 101- Ampliar o horário de atendimento ao público, criando dois turnos de trabalho para os bancários;
- 102- Ampliar as contratações no setor para dar conta da demanda;
- 103- Criar mecanismos legais que obriguem as agências bancárias garantirem segurança a seus usuários.

K) Trabalho e emprego

- 104- Estimular a parceria entre empresas, de modo que elas possam desenvolver cooperação nos serviços de atendimento aos trabalhadores, como plano coletivo de saúde, restaurante coletivo para trabalhadores de empresas localizadas em áreas próximas e fretamento conjunto para tornar mais eficaz o transporte dos trabalhadores;
- 105- Propõe-se que a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC coordene a regionalização de políticas públicas de incentivo à economia solidária autogestionária, com ênfase para a organização de um sistema regional de crédito popular;
- 106- Articular regionalmente políticas públicas orientadas para a promoção do trabalho decente.

L) Mobilidade

- 107- Realizar campanha educativa com o intuito de reduzir os acidentes de trânsito na região, com coordenação do Consórcio Intermunicipal;
- 108- Intensificar, junto aos setores competentes, a proposta de implementação do Ferroanel no Grande ABC, considerando todos os fatores ambientais e a participação da sociedade no processo;
- 109- Criar, no âmbito do Consórcio Intermunicipal, um Conselho Regional de Mobilidade e Acessibilidade, com participação dos trabalhadores e suas entidades representativas, de associações de usuários, empresários do setor e as prefeituras da região, para debater propostas para o trânsito, transportes e infraestrutura viária regional;
- 110- Efetivar um sistema regional e integrado de transporte intermodal que diminua o custo financeiro e de tempo gasto pela população e trabalhadores em seus deslocamentos para o trabalho, para o estudo e para o

lazer. Para isso, propõe-se a coordenação de Bilhete Único Regional Intermodal pelo Consórcio Intermunicipal.

111- Criar o Bilhete Pró-desempregado / Bilhete Pró-cultura, cujo principal desafio é o de propiciar o encontro de empregos decentes para aqueles que não estão empregados, bem como para as necessidades dos estudantes, em ambos os casos e na sua grande maioria, públicos desassistidos de renda, utilizando-se, para isso, os horários ociosos do transporte público;

M) Ensino Superior

112- O Ensino Superior privado na região do ABC totaliza mais de 70% das matrículas em relação às escolas públicas. Além disso ocorreu uma cartelização através da Instituição Anhanguera que, nos últimos quatro anos, incorporou UNI-A, FAENAC, Anchieta, UNI-ABC e UNIBAN. Teve início aí a total despreocupação com a qualidade de ensino, com as medidas adotadas pelo Grupo Anhanguera, como se segue: alterou a matriz curricular, diminuindo significativamente a quantidade de aulas presenciais; superlotou as salas de aula, com até 120 alunos por classe; em dezembro de 2011 demitiu 400 professores, sendo a maioria mestres ou doutores. Resumindo, a educação tornou-se uma mercadoria. Por isto propomos aos poderes executivos da região, em caráter de urgência, junto ao MEC e ao MP, além de outros poderes constituídos, providências no sentido de interferirem não só pela inclusão de trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores ao Ensino Superior, mas também que eles tenham assegurados uma permanência nos respectivos cursos com qualidade de ensino, tendo como consequência uma conclusão com reais possibilidades e ingressar ou ascender no competitivo mercado de trabalho;

113- As Prefeituras da região não conseguem oferecer à população local escolas de Educação Infantil – 1ª fase da formação integral da pessoa – em quantidade suficiente para atender a demanda. Como consequência celebram convênios com ONG's ou escolas privadas, ocasionando prejuízos imensos às professoras que nelas trabalham, como: não pagamento do piso salarial; jornada de trabalho excessiva; precárias condições de atendimento além de outras flexibilizações nos direitos trabalhistas. Por isso propomos que, quando for assinado este tipo de convênio, além das obrigações normais e legais, que a empresa conveniada assine também um Termo de Responsabilidade, garantindo que a mesma seguirá os conceitos expressos na Convenção OIT do Emprego e Trabalho Decente, nos moldes já existentes em São Bernardo do Campo e em Ribeirão Pires, estes através de Decreto Lei Municipal;

N) Outros

114- O documento “Fortalecer a Integração Regional e o Trabalho Decente no ABC – Propostas dos Trabalhadores”, entregue ao Consórcio Intermunicipal em 2008 pelo movimento sindical do ABC, possui uma intensa lista de reivindicações dos trabalhadores. Neste sentido, propomos o resgate do referido documento e o atendimento dos itens ainda não encaminhados pela gestão pública;

115- Instituir o comando regional dos organismos de Defesa Civil, para que este integre as ações e recursos dos sete municípios, otimizando tempo e dirigindo rapidamente o auxílio àqueles que são afetados por catástrofes;

116- Organizar uma discussão entre as lideranças e/ou população local a fim de analisar se a região tem ou conseguirá ter infraestrutura suficiente para atender o “boom” do mercado imobiliário;

117- Criar todas as condições necessárias para o pleno desenvolvimento do Grupo de Trabalho das Pessoas com Deficiência da Câmara Regional, para que possam implementar as políticas definidas no Planejamento Estratégico Regional.

A Economia Solidária como Política de Desenvolvimento Regional, Justo, Solidário e Sustentável

Convidado: Roberto Marinho Alves da Silva
Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE

Local: Auditório da Fundação Florestan Fernandes
Endereço: Rua Manoel de Nóbrega, 1149 – Centro - Diadema

A palavra do momento é “sustentabilidade”. Assim, o formato do capitalismo industrial está em crise, por razões óbvias da sua não sustentabilidade quanto aos recursos finitos do planeta. Estamos percebendo novas condutas e a construção de novas ações do próprio capitalismo em readequar suas premissas, uma delas apresenta-se como “economia verde”.

Temos que defender o Marco Legal da Economia Solidária para que ela se torne fruto da organização e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade de atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e do capital em particular. Esta prática de produção e consumo privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o desenvolvimento local, sustentável e solidário.

A Economia Solidária possui em seus fundamentos:

- a- Nova racionalidade, que valoriza as formas de produção apropriadas aos ecossistemas como potenciais para um desenvolvimento equitativo e sustentável.
- b- Implica na conquista de novos direitos sociais, ao ambiente saudável, autodeterminação dos povos, e igualdades de gênero, raça e etnia.
- c- Tem por finalidade a redução das disparidades de renda e de riqueza

Com as diversas experiências acumulou os seguintes avanços:

- a- Desenvolvimento com distribuição de renda;
- b- Recuperação da capacidade de intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento;
- c- Fortalecimento do mercado interno com aumento da massa salarial, aumentos reais no salário mínimo, transferência de renda, infraestrutura, emprego e ampliação do crédito;
- d- Política Social como fator de dinamização do desenvolvimento.
- e- Abordagem territorial nas políticas públicas: contextualização, desconcentração.

A Economia Solidária possui formas de organização econômica – de produção, comercialização, finanças e consumo – que têm por base o trabalho associado, a autogestão, a propriedade coletiva dos meios de produção, a cooperação e a solidariedade.

No entanto, não basta apenas obter, fundamentos, experiências e conceituação, a Economia Solidária em nosso país necessita de um marco legal, que apresente estratégias setoriais, que programe o fortalecimento institucional dos empreendimentos; que estabeleça os Centros de Formação em Economia Solidária como reconhecimento e disseminação de novas tecnologias sociais; que todos os empreendimentos possam ter acesso ao crédito e finanças solidárias, enquanto ações para o fortalecimento interno dos empreendimentos e por fim, a valorização da comercialização do mercado local e territorial - produção e consumo, com vistas ao acesso às compras governamentais de produtos e serviços da Economia Solidária, assim como também a definição dos Espaços de comercialização solidária, ou seja, feiras populares de comercialização direta, feiras agroecológicas etc., e pontos fixos e centrais de comercialização solidária.

Dessa forma, a Economia Solidária possui cenário positivo no cenário nacional e local, devemos então fortalecer todas as ações do setor e foram apresentadas as seguintes propostas para o setor:

118- Criar nos municípios do ABCDMRR espaços institucionais para a Economia Solidária: Coordenadoria, Diretoria ou Secretaria de Economia Solidária;

- 119-** Criar Fundos Municipais de apoio à Política de Trabalho e Economia Solidária;
- 120-** Criar Conselhos Municipais de Economia Solidária;
- 121-** Possibilitar a participação dos empreendimentos de economia solidária nas compras governamentais nos municípios da Região do ABCDMRR;
- 122-** Criar nos municípios da Região do ABCDMRR espaços de Comércio Justo e Solidário para a comercialização dos produtos e serviços da economia solidária;
- 123-** Fortalecer Rede de Cooperação – Cadeia de Coleta de Materiais Recicláveis com a participação de catadores/as na Região do ABCDMRR;
- 124-** Ampliar as linhas de créditos para empreendimentos econômicos solidários existentes nos municípios da Região do ABCDMRR;
- 125-** Incentivar a criação de bancos comunitários, clubes de trocas solidárias, fundos rotativos solidários fortalecendo a criação de moeda social nos municípios da Região do ABCDMRR;
- 126-** Ampliar as parcerias com Universidades, Fundações, Sistema "S" para o aprimoramento das Políticas Municipais de Trabalho e Economia Solidária;
- 127-** Inserir os princípios da economia solidária no currículo escolar da rede de ensino dos municípios da Região do ABCDMRR;
- 128-** Criar Programa Regional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário;
- 129-** Ampliar o Banco do Povo Crédito Solidário para os sete municípios da região, com acompanhamento dos novos empreendedores, pela experiência e efetividade do direcionamento do “crédito solidário” nos municípios onde já atua o Banco.

Desafios para a Participação Cultural

Convidado: Júlio Mendonça

Poeta, Analista de Cultura na Secretaria de cultura de São Bernardo do Campo e
Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP

Local: Associação dos Metalúrgicos Aposentados do Grande ABC

Endereço: Rua José Bonifácio, 731 – Centro – São Bernardo do Campo

O tema cultura se torna cada vez mais importante no âmbito das discussões sociais no Brasil. Embora a história retrate períodos em que o governo nacional tenha adotado determinadas medidas em relação ao tema, a exemplo da preservação do patrimônio histórico e artístico, foi a partir da última década que de fato podemos observar a elaboração de uma política pública neste sentido e que levou em consideração a participação popular.

A “participação cultural” se dá em diversos ambientes com diferenças culturais, e, conceitualmente, pode ser entendida como *“uma participação ativa com envolvimento no contexto cultural presente e capacidade de refletir criticamente sobre ele e intervir”*.

Há 4 níveis de participação cultural:

- a- A participação inerente à condição cultural de todo ser humano: que deriva de nossa origem, do ambiente em que fomos criados e de como participamos nesse ambiente, seja na igreja, nas associações de bairro, entre outros;
- b- A participação como público consumidor de atividades e produtos culturais: cultura através do consumo, mercadológica. Ex: teatro, cinema, revistas;
- c- A participação como articulação e intervenção ativa como criador ou cidadão que reflete criticamente sobre a cultura: onde as pessoas intervêm com interesse na busca de direitos de forma mais crítica;
- d- A participação que se realiza através de canais institucionais para a intervenção direta na atividade de produção das leis e de políticas governamentais. Ex.: fóruns de debates, conselhos etc. São através desses fóruns que se extraem as propostas de uma comunidade, de um coletivo, propostas estas que se transformam posteriormente em leis em benefício desta mesma comunidade.

Apesar da relevância dos quatro níveis, cabe ressaltar as duas últimas formas de participação cultural, uma ativa e informal e a outra institucional, uma vez que ambas refletem os níveis de participação cidadã.

No Governo Lula deu-se início ao Sistema Nacional de Cultura, modelo inédito no mundo. Pretende-se, com isso, criar uma rede de comunicação nas várias esferas de governos (federal, estadual e municipal) e o principal compromisso é a garantia de participação social em todos os âmbitos. Com este plano, estados e municípios tem autonomia para construir seus planos, sempre respeitando as especificidades culturais do território. Além disso, esta política nacional estimula a formação da sociedade para que sua participação ocorra de forma qualificada.

Na elaboração das políticas públicas culturais é necessário valorizar as especificidades e as diversidades locais, valorizar o humano e criar identidade de participação social. Deste modo, considerando as demandas da população do Grande ABC no aspecto cultural e seu interesse na construção de um projeto coletivo, bem como os instrumentos disponíveis pelo Sistema Nacional de Cultura do governo brasileiro, foram listadas importantes propostas:

130- Integração dos governos regionais na construção de planos e fundos municipais de cultura;

131- Promover encontros e debates regionais entre movimentos sociais, organizações locais e governos, que resultem na elaboração de ações concretas em prol da cultura local;

132- Envolver, prioritariamente e de forma crescente, crianças e adolescentes nos diversos fóruns e encontros organizados na região, uma vez que este público possui linguagem própria que devem ser considerada na elaboração das políticas públicas;

- 133-** Adequar as estruturas físicas da região (alojamentos, transporte) de acordo com as atividades culturais do território;
- 134-** Criação de conservatórios municipais, com parceria das três esferas de governo, para que jovens e crianças da região tenham a oportunidade de estudar artes;
- 135-** Elevar o número de atividades culturais na região: criação de mais festivais, feiras de artesanato, projetos culturais para artistas dos bairros, entre outros;
- 136-** Instituição do Conselho Municipal de Cultura nos municípios da região, deliberativo e paritário, a fim de fortalecer as ações culturais do local;
- 137-** Considerar a população da terceira idade na elaboração das políticas culturais;
- 138-** Criação de uma editora regional, ou seja, um espaço onde se concentre todas as escritas e que elas possam ser publicadas para a sociedade;
- 139-** Organizar eventos permanentes com a população regional que reúna as várias tendências musicais para que seja feito um diálogo de experiências;
- 140-** Utilizar os espaços escolares como espaços de formação para a cultura; estimulando a criatividade;
- 141-** Criar políticas públicas que valorizem os acervos históricos e que os mesmos se tornem públicos à sociedade e às gerações futuras;
- 142-** Propor ao Consórcio Intermunicipal a realização de seminário cultural anual entre as sete cidades para pensar regionalmente a cultura;
- 143-** Criar a lei de “cultura viva comunitária” nos municípios da região;
- 144-** Promover encontro regional de artistas;
- 145-** Elaborar o censo cultural da região.